

# O regimento do "Centrão"

6 JAN 1988

JAN 1988

GAZETA MERCANTIL

por Andrew Greenlees  
de Brasília

Uma votação realizada ontem à tarde marcou o final do episódio envolvendo o regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte.

Por 228 votos contra 148, com 24 abstenções, foram derrotadas em bloco as cinco últimas emendas do PT e do PDT ao projeto de alteração das regras elaborado em dezembro pela mesa diretora dos trabalhos, como forma de mediar o conflito entre o "Centrão" — bloco suprapartidário de moderados e conservadores — e os demais parlamentares.

Abre-se agora nova fase no processo de elaboração constitucional, com a apresentação de emendas ao texto produzido pela Comissão de Sistematização. Deputados e senadores terão sete dias, a partir de amanhã, para encaminhar suas propostas à mesa di-

retora. Nas últimas semanas, os diversos blocos parlamentares que se formaram dentro da Constituinte vêm formulando suas emendas, que deverão assumir forma definitiva até o próximo dia 14.

Na semana seguinte, o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) deverá manifestar-se sobre cada uma das emendas. Os dias 22 e 23 de janeiro ficam reservados para a publicação desses pareceres.

Os constituintes que preferirem ver suas propostas votadas em separado (destaque) deverão fazer requerimento nesse sentido nos dias 24, 25 e 26. Obedecido este novo calendário, o plenário iniciará a fase final dos trabalhos no dia 27 de janeiro.

"Vamos recuperar parte do tempo perdido", animava-se ontem o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, reafirmando sua cer-

teza de que o País poderá ter sua Constituição dentro de dois meses a partir do início da votação em plenário.

"Agora, apresentamos as emendas e, depois, partimos para o entendimento", adiantou o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), coordenador das emendas a serem formuladas pela liderança do partido na Constituinte. Um dos dirigentes do "Centrão", o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), confirmava que os parlamentares deverão buscar um acordo que permita agrupar pelo menos 280 votos (maioria absoluta) em torno de propostas de alteração no texto da Sistematização.

No próprio "Centrão" persistem as divergências na formulação de emendas. A jornada de trabalho, por exemplo: o texto elaborado pelo deputado Gastone Righi, líder do PTB, mantém as 44 horas semanais, mas membros do grupo querem introduzir o princípio da média mensal. Assim, o trabalho poderia ser mais intenso durante uma semana e durar menor número de horas na seguinte.

Não há entendimento quanto ao pagamento das férias. A emenda de Righi, que deveria ser a do "Centrão", fixa o pagamento adicional de, no mínimo, um terço do salário. Falta, também, unanimidade quanto à inclusão de "atividades penosas" entre as que receberiam remuneração extra.

A votação de ontem também indicou que o "Centrão" enfrentará dificuldades para manter em plenário os 280 parlamentares necessários para aprovar suas propostas. Na primeira votação — utilizando o painel eletrônico — 224

constituintes apoiaram a apreciação em bloco das emendas do PT e do PDT, como forma de derrotá-las num único esforço.

Na principal votação — a das emendas propriamente ditas — 224 constituintes ficaram do lado do "Centrão". Este número foi o bastante na sessão de ontem, já que decisões sobre o regimento são tomadas por maioria simples (meta-de mais um dos presentes ao plenário).

Pelas novas regras — cuja aprovação completa levou mais de um mês — todos os constituintes poderão apresentar emendas ao projeto sistematização e as que tiverem pelo menos 280 assinaturas serão votadas com preferência sobre as demais.

*O ministro do Exército, general Leônidas Pires, disse ontem, no Recife, que se os constituintes reduzirem o mandato do presidente José Sarney deveriam, também, convocar eleições gerais.*